



## ETAPA 04 - PRODUTO 15

### VOLUME 01

Síntese conclusiva das informações coletadas

Agosto/2016



PREFEITURA DE  
VILA VELHA



ANDALUZ & ASSOCIADOS  
CONSULTORIA



INSTITUTO  
**IDEIAS**  
Iniciativas sustentáveis



PREFEITURA DE  
VILA VELHA



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA**

### **PREFEITO**

Rodney Rocha Miranda

### **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE (SEMDU)**

Marcelo de Oliveira

### **EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA**

Anna Claudia Dias Peyneau

Deise Lucide Bastos Bahia

Ligia Betim Marchi

Lilian Miranda Damasceno

Marcella Santos de Queiroz

Mariana Carminati Bettarello

### **EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PRODUTO 15**

Giovanilton André Carretta Ferreira



## EQUIPE CONSULTORIA ESPECIALIZADA

### EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Coordenação Geral	Giovanilton André Carretta Ferreira
Coordenação de ações técnicas Urbanísticas e Ambientais	Alexandre Ricardo Nicolau
Coordenação das ações de Mobilização Social e Comunicação	Marlen Vazzoler
Coordenação das ações Jurídicas	Gláucia Maria Rezende Cardoso

### EQUIPE TÉCNICA

Especialista em Urbanismo	Letícia Dalvi de Albuquerque de Andrade Tatiana Caniçali Casado
Especialista em Gestão Ambiental	Ivani Zechinelli André Demuner
Especialista na área de Mobilidade Urbana e Transporte	Maria Ruth Paste José Fernando Destefani
Especialista na área de Economia	Leandro de Souza Lino
Especialista na área de Saneamento Ambiental	Alexandre José Serafim Renato Siman
Especialista na área de Patrimônio Histórico	Aline Barroso Miceli Lorenza Xavier Rui
Especialista na área de Geoprocessamento	João Paulo Carvalho Raivel Márcio Roberto Klebis Freitas Everton Bregonci Raiana Pereira Bárbara Francine Nunes Coutinho James Duarte Mário Antônio Magalhães Gôgo Robnelson Ribeiro dos Santos
Especialista em Comunicação Social	Rodrigo Kuyumjian Priscilla Rizk Iara Marcelino dos Santos Thiago Alves
Assessoria Jurídica	Carlos Felipe dos Santos Lyra





PREFEITURA DE  
VILA VELHA



## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA .....	10
3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS OBJETIVOS E RESULTADOS DA LEITURA COM O GOVERNO MUNICIPAL.....	15
4. PROJETOS E AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL .....	17
5. CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PDMVV37	
7. CONCLUSÕES.....	43
8. REFERÊNCIAS .....	46



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projetos e ações das Secretarias Municipais de Vila Velha .....	17
Tabela 2: Áreas temáticas dos projetos e ações das Secretarias Municipais de Vila Velha.....	20
Tabela 3: Projetos e ações das secretarias municipais por região administrativa .....	22
Tabela 4: Projetos e ações na Região 1 .....	24
Tabela 5: Projetos e ações na Região 2 .....	25
Tabela 6: Projetos e ações na Região 3 .....	26
Tabela 7: Projetos e ações na Região 4 .....	27
Tabela 8: Projetos e ações na Região 5 .....	29
Tabela 9: Projetos e ações para todas as regiões administrativas .....	31
Tabela 10: Projetos e ações das Secretarias Municipais e os Temas Estruturantes do PDMVV .....	32
Tabela 11: Projetos e ações das secretarias municipais e os temas estruturantes do PDMVV .....	36
Tabela 12: Projetos e ações das secretarias municipais e os temas estruturantes do PDMVV .....	38
Tabela 13: Contribuições do governo municipal para a revisão do PDMVV e áreas temáticas.....	39
Tabela 14: Contribuições do governo municipal para a revisão do PDM e instrumentos do PDM. ....	41



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CRAS</b>	Centros de Referência da Assistência Social
<b>IDEIAS</b>	Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais
<b>IPPUR/UFRJ</b>	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>OODC</b>	Outorga Onerosa do Direito de Construir
<b>OUC</b>	Operação Urbana Consorciada
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PDMVV</b>	Plano Diretor Municipal de Vila Velha
<b>PGM</b>	Procuradoria Geral Municipal
<b>PLHIS</b>	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
<b>PMVV</b>	Prefeitura Municipal de Vila Velha
<b>RMGV</b>	Região Metropolitana da Grande Vitória
<b>SEMAD</b>	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
<b>SEMAS</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>SEMCEL</b>	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
<b>SEMCOM</b>	Secretaria Municipal de Comunicação Social
<b>SEMDESU</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
<b>SEMDRES</b>	Secretaria Municipal de Drenagem e Saneamento
<b>SEMDU</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade





PREFEITURA DE  
VILA VELHA



<b>SEMED</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>SEMPI</b>	Secretaria Municipal de Finanças
<b>SEMGOV</b>	Secretaria Municipal de Governo
<b>SEMIPRO</b>	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Projetos e Obras
<b>SEMPREV</b>	Secretaria Municipal de Prevenção, Combate à violência e Trânsito
<b>SEMSA</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>SEMSU</b>	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
<b>SNPU</b>	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UMEF</b>	Unidade Municipal de Ensino Fundamental
<b>UMEI</b>	Unidade Municipal de Educação Infantil
<b>UPA</b>	Unidade de Pronto Atendimento



## 1. APRESENTAÇÃO

O presente documento denominado **SÍNTESE CONCLUSIVA DAS INFORMAÇÕES COLETADAS (PRODUTO 15)**, refere-se à **ETAPA 04 – LEITURA COM O GOVERNO MUNICIPAL**, conforme Contrato nº 168/2015, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) e o Consórcio IDEIAS-HIPARC-ANDALUZ cujo objeto é a Contratação de Consultoria Especializada ou Consórcio de empresas para Consultoria Especializada para a REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA VELHA (PDMVV) Lei nº 4.575 de 26 de outubro de 2007.

O referido **Produto 15** é parte integrante da **Leitura com o Governo Municipal**, etapa que objetivou levantar e mapear informações junto aos gestores e técnicos municipais, sobre as ações previstas, em execução e intenções da municipalidade, as quais possuem impactos e rebatimentos no uso e ocupação do solo e conseqüentemente no processo de revisão do PDM de Vila Velha (PDMVV).

Para a realização da referida Leitura foram realizadas 4 (quatro) reuniões<sup>1</sup> entre os dias 05 e 25 de julho de 2016, devidamente registradas e sistematizadas no Produto 14 que subsidia as sínteses expostas neste relatório. Deste modo, o **Produto 15** constitui-se em volume único (abaixo citado), que complementa o Produto 14 (quatorze) e conclui a etapa de Leitura com o Governo Municipal.

### **Volume Único – Síntese Conclusiva das Informações Coletadas**

O presente documento está subdividido em 4 (quatro) partes: metodologia, síntese dos projetos e ações do governo municipal, síntese das contribuições do governo municipal para a revisão do PDMVV e Conclusões.

---

<sup>1</sup> As reuniões de Leitura com o Governo Municipal tiveram como objetivos: levantar informações junto aos gestores municipais sobre as ações em execução ou previstas no Município com rebatimento no uso e ocupação do território; estimular maior envolvimento dos gestores municipais no processo de elaboração da revisão do PDMVV; avaliar o atual PDMVV; compatibilizar as intenções do governo municipal com as propostas a serem elaboradas para a revisão do PDMVV.





A **Metodologia** explicita a forma como foi estruturada e elaborada esta síntese da Leitura com o Governo Municipal descrevendo os critérios adotados para a análise e o cruzamento das informações levantadas nas reuniões de Leitura com o Governo Municipal.

O conteúdo da análise realizada sobre as informações levantadas junto aos técnicos e gestores das secretárias municipais da Prefeitura Municipal de Vila Velha são apresentadas na segunda e terceira parte deste documento adotando-se a seguinte sistemática:

- ✓ **Projetos e ações do governo municipal:** análise quantitativa e análise qualitativa;
- ✓ **Contribuições do governo municipal para a revisão do PDMVV:** análise quantitativa e análise qualitativa;

Por fim, nas **conclusões**, são retomados os principais aspectos analisados à partir dos dados e informações levantados procurando demonstrar as prioridades estabelecidas pelo governo municipal, necessidades e encaminhamentos para a revisão do PDMVV.



## 2. METODOLOGIA

A Metodologia adotada para a elaboração deste Produto 15 - **Síntese Conclusiva das Informações Coletadas na Leitura com o Governo Municipal** - procura analisar as informações levantadas em dois grandes grupos, conforme metodologia adotada na coleta das informações realizada no Seminário com o Governo Municipal (Produto 14), a saber:

**1ª Parte - Projetos e ações do governo municipal:** as informações a respeito dos projetos e ações do governo municipal foram categorizadas em três subgrupos:

- ✓ **Projetos em Andamento:** Planos, programas, projetos e ações que estão sendo executadas pelas secretarias municipais com reatamento no uso e ocupação do território;
- ✓ **Projetos Suspensos:** Planos, programas, projetos e ações já desenvolvidos pela secretaria, com reatamento no uso e ocupação do território, cuja execução está suspensa por algum motivo;
- ✓ **Proposições Não Sistematizadas:** Intenções da secretaria para o desenvolvimento futuro de planos, programas, projetos e ações com reatamento no uso e ocupação do território.

Este primeiro grupo de informações será analisado quantitativamente em relação ao número de Projetos em Andamento, Suspensos e Proposições Não Sistematizadas, no intuito de avaliar a origem dos projetos em relação às secretarias municipais, o grau de consolidação e implementação das propostas do governo municipal.

Na sequência estes projetos e ações serão classificados de acordo com as áreas temáticas de estudo do Plano Diretor, indicadas no Termo de Referência da revisão do PDMVV, a saber:



- ✓ Aspectos Regionais: projetos e ações de âmbito metropolitano e regional;
- ✓ Aspectos Ambientais: projetos e ações relacionados à gestão ambiental excluindo as ações de saneamento ambiental;
- ✓ Aspectos Socioeconômicos: projetos e ações visando à dinamização econômica, os equipamentos e serviços de saúde, educação e assistência social;
- ✓ Aspectos Socioespaciais: projetos e ações de ordenamento territorial, qualificação e implantação de espaços públicos e equipamentos comunitários de lazer, esporte e cultura;
- ✓ Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos: projetos e ações de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta e tratamento de resíduos sólidos);
- ✓ Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico: projetos e ações de proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico;
- ✓ Aspectos de Mobilidade e Circulação: projetos e ações de ampliação e qualificação da mobilidade e acessibilidade;
- ✓ Aspectos Institucionais: projetos e ações de qualificação do planejamento e gestão do território;
- ✓ Aspectos Jurídicos: projetos e ações de implantação e/ou qualificação da regulação do ordenamento territorial do município.

Serão também analisadas as localizações dos projetos e ações indicados pelo governo municipal por região administrativa, bem como uma análise de cada região procurando observar os projetos e ações de maior destaque por área temática.

Desta forma será possível avaliar quantitativamente a concentração dos projetos e ações em relação às áreas temáticas, bem como o grau de consolidação e implementação dos projetos e ações do governo municipal em



relação a cada uma destas áreas temáticas, tanto na totalidade do município, quanto por região administrativa.

Na sequência, procura-se realizar uma análise qualitativa dos projetos e ações identificando quais atuam sobre questões consideradas estruturadoras do Plano Diretor Municipal. Os temas considerados estruturadores levou em consideração o referencial teórico adotado na metodologia elaborada para a revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha, e em especial, os aspectos indicados pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores<sup>2</sup>, vinculada ao Ministério das Cidades. Foram considerados temas estruturadores dos Planos Diretores Municipais:

- ✓ Integração Metropolitana;
- ✓ Acesso a terra urbanizada;
- ✓ Habitação de Interesse Social;
- ✓ Proteção e preservação ambiental
- ✓ Mobilidade Urbana
- ✓ Aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- ✓ Democratização da gestão da cidade.

Da mesma forma, foram analisados os projetos e ações que atuam sobre temas considerados críticos para o Plano Diretor Municipal de Vila Velha, com base no histórico do PDM na cidade e nos principais aspectos abordados na Leitura Comunitária realizada dentro das atividades do processo de revisão do PDMVV. São eles:

---

<sup>2</sup> No final de 2007, o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), iniciou o projeto "Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos", com o intuito de realizar uma avaliação qualitativa dos Planos Diretores elaborados nos municípios brasileiros após o Estatuto da Cidade. Assim, foi constituída a "Rede Nacional", composta de núcleos estaduais, ficando a execução sob responsabilidade do Observatório das Metrôpoles, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRRJ), e a coordenação geral sob responsabilidade da SNPU. Ao todo, a pesquisa contemplou a avaliação de 526 planos diretores no país, além de 26 estudos de caso de planos diretores, nos quais se avaliou, além da lei, o processo de elaboração do Plano.



- ✓ Regulação da expansão urbana
- ✓ Proteção e preservação ambiental e conflitos ambientais específicos (Morro do Moreno, Lagoa Encantada, Lagoa Jabaeté, Alagados do Rio Jucu, Orla extremo sul e área rural)
- ✓ Drenagem Urbana
- ✓ Áreas de expansão empresarial
- ✓ Regularização Fundiária e Habitação de Interesse Social
- ✓ Fiscalização

Desta forma, os projetos e ações do governo municipal foram analisados em relação aos temas considerados estruturadores no PDM e críticos em relação ao desenvolvimento territorial do município de Vila Velha.

## **2ª Parte - Contribuições do governo municipal para a revisão do PDMVV:**

neste segundo grupo estão reunidas as indicações dos técnicos e gestores das secretarias municipais visando qualificar, adequar e complementar as diretrizes e instrumentos de ordenamento territorial presentes no atual PDMVV.

Nesta parte serão analisados quantitativamente: a origem das propostas para a revisão do PDM em relação às secretarias municipais, bem como a localização e/ou abrangências das propostas. Semelhante a análise dos projetos e ações das secretarias municipais, as propostas de adequação do PDMVV foram classificadas em relação a área temática e a que tipo de instrumento e/ou atuação do PDM se referem, a saber:

- ✓ Diretrizes do PDM
- ✓ Macrozoneamento
- ✓ Zoneamento
- ✓ Usos e atividades
- ✓ Índices Urbanísticos
- ✓ Instrumentos do Estatuto da Cidade
- ✓ Leis de regulamentação
- ✓ Implementação
- ✓ Fiscalização





PREFEITURA DE  
VILA VELHA



Posteriormente, da mesma forma que ocorrido com os projetos e ações, as propostas de revisão do PDM serão analisadas em relação à incidência sobre os temas considerados estruturantes e críticos para o Plano Diretor Municipal de Vila Velha.

Por fim foram realizadas algumas conclusões sobre a Leitura com o Governo Municipal, a fim de fundamentar e orientar o processo de revisão do PDMVV.



### 3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS OBJETIVOS E RESULTADOS DA LEITURA COM O GOVERNO MUNICIPAL

Conforme informado no Produto 14, que sintetiza as atividades realizadas na Leitura com o Governo Municipal os objetivos desta etapa do processo de revisão do PDM visam levantar e mapear informações junto aos gestores e técnicos municipais, sobre as ações previstas, em execução e intenções da municipalidade, as quais possuem impactos e rebatimentos no uso e ocupação do solo e conseqüentemente no processo de revisão do PDMVV.

Da mesma forma, a etapa visa levantar as indicações dos técnicos e gestores das secretarias municipais visando qualificar, adequar e complementar as diretrizes e instrumentos de ordenamento territorial presentes no atual PDMVV.

Por fim, mas não menos importante, a Leitura com o governo municipal apresenta como objetivo envolver os técnicos, gestores, secretários e prefeito municipal no processo de revisão do PDMVV. Com relação aos dois primeiros objetivos a seqüência deste documento tratará de forma específica e detalhada, cabendo neste item algumas considerações a respeito deste terceiro objetivo destacado.

Houve uma mobilização inicial realizada junto às secretarias municipais, no intuito de levantar com antecedência (em relação aos Seminários com o Governo Municipal), os projetos e ações das secretarias municipais, bem como sugestões para a revisão do PDM. O grau de envolvimento das secretarias nesta primeira atividade (levantamento prévio das informações) foi muito baixo, o que levou os Seminários com o Governo Municipal a concentrarem maior tempo da atividade no levantamento e mapeamento dos projetos e ações do governo municipal e sugestões para o PDM, do que no debate e avaliação crítica dos aspectos abordados pelas secretarias municipais e as suas sugestões para a revisão do PDM.

No entanto, cabe ressaltar que durante o processo de levantamento e mapeamento das informações, nos Seminários de Leitura com o Governo







PREFEITURA DE  
VILA VELHA



Municipal ocorreram simultaneamente debates e avaliações críticas, mesmo que em uma menor proporção de tempo do que planejado inicialmente pela consultoria contratada, caso o levantamento prévio das informações tivesse ocorrido de forma satisfatória.

Destaca-se o grande envolvimento das equipes técnicas das secretarias municipais durante as atividades de levantamento das informações durante os seminários com o governo municipal e a qualidade das informações geradas e mapeadas. Todavia, apesar do envolvimento e a qualidade da participação das equipes técnicas nos Seminários ocorreu uma baixa participação dos secretários municipais e a ausência do prefeito municipal na Leitura com o Governo Municipal. Mesmo tendo sido alcançado os objetivos estabelecidos e um resultado satisfatório em relação ao levantamento e mapeamento de informações junto aos gestores e técnicos municipais, o reduzido envolvimento das principais lideranças do governo municipal torna impreciso, como veremos na sequência deste documento, o posicionamento do governo municipal em relação a temas estruturadores e críticos para a revisão do PDMVV, o que indica a necessidade de se ampliarem os esforços para um maior envolvimento direto destas lideranças do governo municipal no processo.





#### 4. PROJETOS E AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL

Em relação aos projetos e ações do governo municipal, com rebatimento no uso e ocupação do território, levantados nos quatro seminários de leitura com o governo municipal realizados, a Tabela 1 que segue abaixo apresenta uma síntese em relação à origem dos projetos e ações e o estágio atual em que se encontram.

PROJETOS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VILA VELHA								
SECRETARIA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
SEMAD	25	26,04	9	7,32	37	47,44	71	23,91
SEMAS	4	4,17	6	4,88	0	0,00	10	3,37
SEMCEL	5	5,21	16	13,01	1	1,28	22	7,41
SEMDESU	10	10,42	11	8,94	1	1,28	22	7,41
SEMDRES	10	10,42	9	7,32	1	1,28	20	6,73
SEMDU	14	14,58	22	17,89	6	7,69	42	14,14
SEMED	0	0,00	37	30,08	8	10,26	45	15,15
SEMIPRO	20	20,83	2	1,63	17	21,79	39	13,13
SEMPREV	7	7,29	5	4,07	6	7,69	18	6,06
SEMSA	1	1,04	6	4,88	1	1,28	8	2,69
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>96</b>	<b>32,32</b>	<b>123</b>	<b>41,41</b>	<b>78</b>	<b>26,26</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 1:** Projetos e ações das Secretarias Municipais de Vila Velha

Foram levantados no total 297 projetos e ações junto às secretarias municipais, deste total aproximadamente um terço destas ações estão em andamento atualmente no município, 26,26% das ações estão suspensas e a maior parte dos projetos identificados (41,41%) são intenções e/ou Proposições Não Sistematizadas. Se por um lado, evidencia-se um número menor de ações em andamento, fruto dentro outros aspectos de uma dificuldade generalizada por que passam os governos municipais, no atual cenário de crise econômica e política do país. Por outro lado, demonstra um alto grau de expectativas por parte do governo municipal em relação a projeto e ações com forte rebatimento



no uso e ocupação do território a serem desenvolvidos e/ou incorporados pelo PDMVV. Da mesma forma, que o expressivo número de Projetos Suspensos pode indicar a dificuldade de implementação e continuação das ações, por parte das secretarias municipais, requerendo maiores esforços no devido planejamento e qualificação da gestão das políticas urbanas em Vila Velha.

No que diz respeito à origem dos projetos e ações em andamento em relação às secretarias municipais, os destaques foram a Secretaria de Administração e Planejamento (SEMAD) e a Secretaria de Infraestrutura Projetos e Obras (SEMIPRO), com um número respectivamente de 25 e 20 projetos e ações em andamento, que correspondem a 26,04% e 20,83% do total de ações em andamento na cidade. Cabe ressaltar que a SEMAD por ser a secretaria responsável por gerenciar o planejamento estratégico da cidade concentrou as ações e projetos em execução relacionados a este instrumento de planejamento do município, mas que mantém interface com todas as demais secretarias listadas. Outro aspecto importante demonstrado é a clara priorização do município nas ações e Projetos em Andamento no setor de infraestrutura urbana, que condiz com os graves problemas na área de saneamento ambiental na cidade, em especial os problemas de drenagem urbana.

Destacam-se também em relação às secretarias com projetos e ações em andamento, com rebatimento no uso e ocupação no município, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU) com 14 ações e as Secretarias de Desenvolvimento Sustentável (SEMDESU) e de Drenagem e Saneamento (SEMDRES) cada uma com 10 ações. Estas secretarias representaram respectivamente 14,58% e 10,42% do total de ações em andamento na cidade.

Com relação às Proposições Não Sistematizadas, ou seja, intenções de projetos e ações futuras das secretarias municipais os destaques foram a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU), Secretaria de Educação (SEMED) e a Secretaria de Esporte Cultura e Lazer (SEMCEL) com



respectivamente 30,08%, 17,89% e 13,01% das intenções. A primeira SEMDU destaca-se naturalmente por apresentar forte relação com o tema do PDM nas suas ações diretas, a segunda SEMED pela ampla rede de equipamentos de educação pretendidos pelo município. O destaque do elevado número de intenções da SEMCEL chama a atenção para setores pouco trabalhados nos Planos Diretores – Cultura, Lazer e Esportes – mas de fundamental importância para a qualificação do território de Vila Velha e para a elevação da qualidade de vida dos munícipes.

Seguindo a mesma lógica dos Projetos em Andamento, os Projetos Suspensos estão relacionados principalmente a SEMAD (37 ações) e SEMIPRO (17 ações) que representam respectivamente 47,44% e 21,79% dos projetos e ações suspensos.

Em relação às áreas temáticas que os projetos e ações das secretarias municipais foram classificados, pode ser evidenciado pela Tabela 2, que existe maior concentração das ações nos Aspectos Socioeconômicos, Aspectos Socioespaciais e Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos, praticamente em todas as três situações analisadas (projetos e ações em andamento, Proposições Não Sistematizadas e projetos e ações suspensos). Cabe ressaltar que um mesmo projeto/ação pode estar relacionado a mais de uma área temática analisada, o que justifica o maior número total de projetos e ações em relação à Tabela 1.

ÁREAS TEMÁTICAS DOS PROJETOS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VILA VELHA								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	1	0,77	1	1,22	2	0,63
Aspectos Ambientais	7	6,60	1	0,77	3	3,66	11	3,46
Aspectos Socioeconômicos	25	23,58	59	45,38	25	30,49	109	34,28
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	25	23,58	23	17,69	16	19,51	64	20,13



Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	22	20,75	13	10,00	19	23,17	54	16,98
Aspectos de Mobilidade e Circulação	13	12,26	7	5,38	12	14,63	32	10,06
Aspectos Institucionais	5	4,72	11	8,46	0	0,00	16	5,03
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	2	1,89	9	6,92	4	4,88	15	4,72
Aspectos Jurídicos	7	6,60	6	4,62	2	2,44	15	4,72
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>106</b>	<b>100</b>	<b>130</b>	<b>100</b>	<b>82</b>	<b>100</b>	<b>318</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 2:** Áreas temáticas dos projetos e ações das Secretarias Municipais de Vila Velha

Nos projetos e ações em andamento as áreas temáticas de Aspectos Socioeconômicos, Aspectos Socioespaciais destacam-se com 25 projetos cada uma, representando 23,5% do total das ações em andamento. Na sequência destacam-se as ações relacionadas aos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos que somam 22 ações, representando 20,7% do total das ações em andamento. Mais abaixo se encontram os projetos e ações relacionados aos Aspectos de Mobilidade e Circulação (13 ações), Aspectos Ambientais (7 ações) e Jurídicos (7 ações) que representam respectivamente 12,2% e 6,60% do total das ações em andamento na municipalidade.

Cabe ressaltar que a maior concentração de ações em andamento relacionada aos Aspectos Socioeconômicos está relacionada à implantação de equipamentos de educação (Unidade Municipal de Ensino Infantil - UMEI e Unidade Municipal Ensino Fundamental - UMEF), saúde (Unidade de Pronto Atendimento – UPA) e assistência social (Centros de Referência da Assistência Social – CRAS), o que demonstra o esforço do município na ampliação e melhor distribuição da rede de equipamentos comunitários na cidade. Porém,



não foram identificados, nos projetos e ações em andamento nesta área temática, ações específicas de dinamização da economia com reatamento no uso e ocupação do território. A mesma situação é encontrada nos projetos e ações suspensas na municipalidade nesta área temática.

Quando são observadas as intenções não sistematizadas relativas aos Aspectos Socioeconômicos (45,3% do total), além de ainda se concentrarem principalmente nos equipamentos de saúde e de educação é possível identificar também algumas poucas propostas visando o estímulo as atividades empresariais em determinadas localizações da cidade (Rodovia ES 388, Rodovia Leste-Oeste e Rodovia Darly Santos), juntamente com o estímulo a uma polinucleação das atividades econômicas na cidade e uma maior compatibilização das atividades econômicas com os principais eixos de mobilidade urbana.

As ações em andamento e as Proposições Não Sistematizadas relativas aos Aspectos Socioespaciais apresentam maior diversificação, distribuídas principalmente nas ações de regularização fundiária, na implantação de equipamentos de esporte, lazer e cultura e nos instrumentos de regulação urbana. Os projetos e ações suspensas nesta área temática concentram-se nos equipamentos públicos de lazer e esporte na cidade.

As ações em andamento relacionada aos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos na sua maioria estão relacionadas a drenagem e pavimentação de vias urbanas e duas ações de construção de estação de bombeamento, na Praia da Costa e no Sítio Batalha, na Região 1.

Em relação à distribuição espacial dos projetos e ações nas cinco Regiões Administrativas do município de Vila Velha, pode ser identificado, conforme Tabela 3 que segue, um destaque dos projetos e ações localizados nas Regiões 1 e 5, em todos os estágios analisados, seguido pelos projetos e ações incidentes em todas as 5 regiões.



**PROJETOS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA**

REGIÃO	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Região 1	25	22,32	23	18,85	20	27,78	68	22,22
Região 2	12	10,71	10	8,20	8	11,11	30	9,80
Região 3	15	13,39	17	13,93	10	13,89	42	13,73
Região 4	15	13,39	21	17,21	12	16,67	48	15,69
Região 5	26	23,21	27	22,13	20	27,78	73	23,86
Todas as regiões	19	16,96	24	19,67	2	2,78	45	14,71
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>112</b>	<b>100</b>	<b>122</b>	<b>100</b>	<b>72</b>	<b>100</b>	<b>306</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 3:** Projetos e ações das secretarias municipais por região administrativa

Do total dos projetos e ações em andamento, 23,21% e 22,32% estão localizados respectivamente nas regiões 5 e 1, tradicionalmente consideradas as regiões com a pior e melhor infraestruturas urbanas do município. Todavia, cabe ressaltar que a Região 1 concentra sozinha 35,52% do total da população do município, enquanto as demais regiões variam a sua representatividade demográfica entre 16% a 14% do total da população do município<sup>3</sup>.

Os projetos e ações em andamento que atingem todas as regiões administrativas somam 16,96% do total. Nas Regiões 2, 3 e 4 ocorre certo equilíbrio na distribuição dos projetos variando entre 12 a 15 ações em andamento em cada região.

Nas Proposições Não Sistematizadas é mantida a mesma lógica com a Região 5 concentrando 22,13% das intenções de projetos futuros, seguido da Região 1 com 18,85% e a Região 3 com 13,93% das intenções de futuros projetos e ações do governo municipal. As intenções de projetos e ações futuras que abrangem todas as regiões representam 19,67% do total das Proposições Não Sistematizadas.

<sup>3</sup> Censo IBGE (2010).





Da mesma forma, em relação aos Projetos Suspensos a maior concentração está localizada nas regiões 1 e 5 representando cada uma 27,78% das ações, seguido da Região 4 com 16,67% dos projetos e ações suspensas pela municipalidade.

Se por um lado, evidencia-se certa priorização dos projetos e ações do governo em uma das regiões historicamente mais precárias do município Região 5, por outro lado há uma necessidade de se intensificar as ações nas regiões 3 e 4 que apresentam também alto índices de carência em relação a infraestrutura e serviços urbanos.

Analisando-se as principais áreas temáticas abrangidas pelos projetos e ações do governo municipal na Região 1 (Tabela 4) evidencia-se uma maior concentração nas ações de infraestrutura e serviços públicos (35,71%) relacionados principalmente a ações de drenagem urbana. Outro destaque nesta Região são as ações relacionadas aos Aspectos Socioespaciais (25%) de reestruturação, regularização e implantação de parques urbanos existentes na Região.

Em relação às intenções de projetos e ações futuras para a Região 1 destacam-se os projetos voltados para a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural e a implantação de novos equipamentos de educação e saúde na região.

PROJETOS E AÇÕES NA REGIÃO 1								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Ambientais	5	17,86	1	4,00	0	0,00	6	8,22
Aspectos Socioeconômicos	2	7,14	8	32,00	7	35,00	17	23,29
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	7	25,00	1	4,00	0	0,00	8	10,96



Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	10	35,71	4	16,00	5	25,00	19	26,03
Aspectos de Mobilidade e Circulação	2	7,14	1	4,00	5	25,00	8	10,96
Aspectos Institucionais	0	0,00	1	4,00	0	0,00	1	1,37
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	2	7,14	8	32,00	3	15,00	13	17,81
Aspectos Jurídicos	0	0,00	1	4,00	0	0,00	1	1,37
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>73</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 4:** Projetos e ações na Região 1

Na Região 2 (Tabela 5) destaca-se o menor número de projetos e ações em andamento, apenas 12 (doze) ações. Dentre estas, ocorre certa distribuição das ações nos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos (4 ações), Aspectos Socioeconômicos (3 ações) e Aspectos de Mobilidade e Circulação (3 ações). Destacam-se as ações relacionadas à triagem e reciclagem de resíduos sólidos nesta região e alguns equipamentos de assistência social.

Em relação às Proposições Não Sistematizadas o destaque está relacionado aos Aspectos Socioeconômicos com a previsão de 3 (três) equipamentos de educação, 01 (um) CRAS e a implantação de áreas empresarias na região, ao longo da Rodovia ES 388, Rodovia Leste-Oeste e Rodovia Darly Santos. Nos Projetos Suspensos destacam-se nos Aspectos Socioespaciais (4 ações) a reforma de equipamentos esportivos e a implantação de praças.

PROJETOS E AÇÕES NA REGIÃO 2								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Ambientais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00





Aspectos Socioeconômicos	3	25,00	5	41,67	2	25,00	10	31,25
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	2	16,67	2	16,67	4	50,00	8	25,00
Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	4	33,33	1	8,33	2	25,00	7	21,88
Aspectos de Mobilidade e Circulação	3	25,00	2	16,67	0	0,00	5	15,63
Aspectos Institucionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Jurídicos	0	0,00	2	16,67	0	0,00	2	6,25
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistemizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 5:** Projetos e ações na Região 2

Na Região 3 (Tabela 6) é possível identificar uma forte concentração dos projetos e ações em andamento relacionadas aos Aspectos Socioespaciais (7 ações) que representam 46,67% do total das ações na região, com destaque para ações de regularização fundiária e equipamentos comunitários esportivos. Em relação às Proposições Não Sistemizadas destacam-se os projetos e ações relativos aos Aspectos Socioeconômicos (50%) voltados para a implantação de equipamentos comunitários de saúde e educação.

PROJETOS E AÇÕES NA REGIÃO 3								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	0	0,00	1	8,33	1	2,22



Aspectos Ambientais	1	6,67	0	0,00	0	0,00	1	2,22
Aspectos Socioeconômicos	3	20,00	9	50,00	4	33,33	16	35,56
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	7	46,67	3	16,67	3	25,00	13	28,89
Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	2	13,33	3	16,67	2	16,67	7	15,56
Aspectos de Mobilidade e Circulação	2	13,33	1	5,56	2	16,67	5	11,11
Aspectos Institucionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	0	0,00	1	5,56	0	0,00	1	2,22
Aspectos Jurídicos	0	0,00	1	5,56	0	0,00	1	2,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 6:** Projetos e ações na Região 3

Na Região 4 (Tabela 7), nas três situações analisadas (projetos e ações em andamento, Proposições Não Sistematizadas e projetos e ações suspensos) há uma forte concentração dos projetos e ações relacionados aos Aspectos Socioeconômicos, a maior parte concentrada nos equipamentos de educação e em menor número nos de saúde e assistência social. Nos Projetos em Andamento destacam-se algumas ações de drenagem urbana (Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos – 26,67%) e nos Projetos Suspensos a construção de praça, academia popular e sinalização de localização dos bairros (Aspectos Socioespaciais – 25%).



PROJETOS E AÇÕES NA REGIÃO 4								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Ambientais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Socioeconômicos	6	40,00	16	72,73	5	41,67	27	55,10
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	2	13,33	2	9,09	3	25,00	7	14,29
Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	4	26,67	2	9,09	2	16,67	8	16,33
Aspectos de Mobilidade e Circulação	3	20,00	1	4,55	2	16,67	6	12,24
Aspectos Institucionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Jurídicos	0	0,00	1	4,55	0	0,00	1	2,04
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 7:** Projetos e ações na Região 4

Na Região 5 (Tabela 8) que apresenta o maior número de ações em andamento (26 ações) destacam-se os projetos relacionados aos Aspectos Socioeconômicos (11 ações), Aspectos Socioespaciais (6 ações) e aos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos (5 ações) representando



respectivamente 42,31%, 23,08% e 19,23% do total das ações em andamento na referida região.

Mantendo a mesma lógica das demais regiões analisadas, as ações relacionadas aos Aspectos socioeconômicos concentram-se na implantação de equipamentos comunitários de educação, saúde e assistência social. Não foram identificadas ações com rebatimento no uso e ocupação do território relacionadas à geração de emprego e renda na região, que muito carece neste sentido. Ressalta-se no âmbito do Urbanismo e da infraestrutura urbana o maior número de ações de regularização fundiária e de macrodrenagem na região.

Das 18 Proposições Não Sistematizadas relacionadas aos Aspectos socioeconômicos, 16 concentram-se nas intenções de implantação de equipamento comunitários e apenas duas apresentam relações com a dinamização econômica: implantação da ferrovia EF-118 (projeto que depende de atores externos ao município) e a intenção de reservar áreas para a implantação de atividades empresariais na região.

Em relação aos Projetos Suspensos, além daqueles relativos aos equipamentos comunitários de educação e saúde (Aspectos Socioeconômicos 40%), destacam-se os projetos de pavimentação e drenagem de vários bairros da região (8 ações).

PROJETOS E AÇÕES NA REGIÃO 5								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos Ambientais	2	7,69	0	0,00	1	5,00	3	4,05
Aspectos Socioeconômicos	11	42,31	18	64,29	8	40,00	37	50,00
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	6	23,08	6	21,43	1	5,00	13	17,57



Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	5	19,23	0	0,00	8	40,00	13	17,57
Aspectos de Mobilidade e Circulação	2	7,69	0	0,00	1	5,00	3	4,05
Aspectos Institucionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	0	0,00	3	10,71	1	5,00	4	5,41
Aspectos Jurídicos	0	0,00	1	3,57	0	0,00	1	1,35
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>74</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 8:** Projetos e ações na Região 5

O número total de ações em andamento que abrange todas as regiões administrativas somam 19 ações (Tabela 3), no entanto, para fins de classificação das áreas temáticas somam 31 ações (Tabela 9), pois algumas ações apresentam rebatimento em mais de uma área analisada. O destaque nestas ações foi relacionado aos Aspectos Socioespaciais (29,03%) principalmente voltadas para a elaboração/revisão de instrumentos de regulação urbanística. As ações de mobilidade urbana representaram 19,35% do total das ações em andamento, com destaque para expansão do sistema cicloviária e os binários na cidade, os planos de reestruturação viária e de mobilidade urbana.

Nas Proposições Não Sistematizadas destacam-se novamente os projetos e ações relacionadas aos Aspectos Socioespaciais (25,93%), com rebatimento nos aspectos institucionais e jurídicos, que podem ser considerados como sugestões de adequação e/ou revisão do atual PDMVV, tais como: projeto de remembramento / parcelamento simplificado; melhorar a delimitação,



classificação das Zonas Especiais de Interesse Social; implantação do cadastro técnico multifinalitário; cadastramento municipal para atendimento aos Programas de Habitação de Interesse Social; Implantação de Instituto Municipal de Planejamento. Cabe destacar a importância e a urgência destas ações de qualificação institucional relacionadas ao Urbanismo, em função de uma perceptível ausência de estruturação de um setor de planejamento do território da cidade, falta de integração entre o planejamento e a gestão da cidade, sobretudo nos aspectos relacionados ao PDMVV, a ausência de projetos integrados de longo prazo relacionado aos Aspectos Socioespaciais e a descontinuidade nos projetos e ações desenvolvidos pela municipalidade.

PROJETOS E AÇÕES SECRETARIAS MUNICIPAIS - TODAS AS REGIÕES								
ÁREA TEMÁTICA	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%	TOTAL	%
Aspectos Regionais	0	0	1	3,13	0	0,00	1	1,54
Aspectos Ambientais	0	0,00	0	0,00	1	50,00	1	1,54
Aspectos Socioeconômicos	3	9,68	6	18,75	1	50,00	10	15,38
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	9	29,03	12	37,50	0	0,00	21	32,31
Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	1	3,23	3	9,38	0	0,00	4	6,15
Aspectos de Mobilidade e Circulação	6	19,35	3	9,38	0	0,00	9	13,85
Aspectos Institucionais	5	16,13	5	15,63	0	0,00	10	15,38
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00



Aspectos Jurídicos	7	22,58	2	6,25	0	0,00	9	13,85
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>31</b>	<b>100,00</b>	<b>32</b>	<b>100,00</b>	<b>2</b>	<b>100,00</b>	<b>65</b>	<b>100,00</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 9:** Projetos e ações para todas as regiões administrativas

Uma análise mais focada nos aspectos qualitativos dos projetos e ações levantados junto ao governo municipal (Tabela 10) e o seu alcance em relação aos temas considerados estruturadores para a revisão do PDMVV, fica evidente o reduzido número de Projetos em Andamento na cidade com forte impacto sobre tais questões, o que parece confirmar a falta de articulação entre a gestão (os projetos e ações em implantação na cidade) e o planejamento (os instrumentos de ordenamento do território municipal, em especial o PDMVV). Foram identificadas 30 ações em andamento com maior impacto sobre estes temas, cujas ações estão concentradas principalmente na proteção e preservação ambiental (50%) e na mobilidade urbana (20%). Em relação ao primeiro aspecto, destacam-se as ações para implantação e regularização de Unidades de Conservação e Parques Urbanos, bem como as ações de macrodrenagem que predominam neste tema. Nas ações estruturadoras de mobilidade urbana, destacam-se os projetos viários estruturadores, porém uma reduzida/limitada atuação sobre a ampliação e diversificação do transporte coletivo e dos modais não motorizados de transporte.

PROJETOS E AÇÕES SECRETARIAS MUNICIPAIS - TEMAS ESTRUTURANTES						
TEMAS ESTRUTURANTES	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%
Integração Metropolitana	0	0	1	4,00	1	8,33
Acesso a terra urbanizada	4	13,33	4	16,00	0	0,00
Instrumentos do Estatuto da Cidade	1	3,33	0	0,00	1	8,33
Mobilidade Urbana	6	20,00	4	16,00	4	33,33





Proteção e preservação ambiental	15	50	9	36,00	6	50,00
Habitação de Interesse Social	4	13,33	4	16,00	0	0,00
Democratização da gestão da cidade	0	0	3	12,00	0	0,00
<b>TOTAL AÇÕES ESTRUTURANTES</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100,00</b>	<b>12</b>	<b>100,00</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 10:** Projetos e ações das Secretarias Municipais e os Temas Estruturantes do PDMVV

Em relação ao acesso a terra urbanizada e ao tema da Habitação de Interesse Social foram consideradas como projetos e ações em andamento nestes dois aspectos as poucas ações de regularização fundiária que vem sendo executadas em alguns bairros da cidade. No entanto, fica evidenciada a ausência de uma efetiva política municipal de habitação de interesse social, mesmo com o município já dispor de um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e com as enormes carências neste setor no município. Da mesma forma, as ações mais incisivas de intervenção sobre a questão fundiária, objetivando a ampliação do acesso a terra urbanizada (aplicação dos instrumentos do parcelamento edificação ou utilização compulsória, IPTU progressivo no tempo e ampliar áreas de Zonas Especiais de Interesse Social para receber Habitação de Interesse Social) estão no âmbito das Proposições Não Sistematizadas.

Em relação aos projetos e ações voltados para a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade são limitadas as iniciativas municipais. Foi identificada apenas uma (01) ação em andamento, e mesmo assim, voltada para aspectos operacionais da aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (Manual com especificações, procedimentos e trâmites para orientar a elaboração e a análise do EIV) e uma (01) ação suspensa no sentido da regulamentação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir. Tal situação aponta para a necessidade de sensibilizar e ampliar os esforços junto à municipalidade durante a revisão do PDMVV neste sentido, a fim de





que o novo PDMVV ultrapasse o sentido meramente normativo a que atualmente está submetido e passe a atuar como um instrumento de indução ao desenvolvimento socioespacial e contribuía para ampliar o acesso a terra urbanizada e a redução das desigualdades na cidade.

Evidencia-se mesmo nas intenções futuras em relação aos projetos e ações ainda não sistematizados pela municipalidade, a concentração das ações (9 ações) em temas infraestruturais, como a macrodrenagem na cidade. No entanto, não foram apontadas intenções expressivas no sentido de incorporar, qualificar e integrar o patrimônio ambiental aos sistemas de espaços públicos da cidade, tais como: parques lineares, corredores ecológicos, sistema de espaços livres que pelas características ambientais da cidade podem/devem ser tomados como elementos estruturadores do ordenamento territorial e o desenho urbano da cidade. Cabe ressaltar que algumas iniciativas neste sentido estão sendo elaboradas: em trabalho coordenado pela SEMDU com a participação da Escola da Cidade de São Paulo, mas que até o momento ainda não foi apresentado para o conjunto do governo municipal, ou mesmo, por meio de ações planejadas em gestões anteriores, mas que não foram definidas como projetos prioritários da atual gestão municipal.

Destaca-se também a quase inexistente presença de ações no âmbito da integração metropolitana, tão necessária para a superação de desafios no campo das políticas urbanas comuns aos municípios metropolitanos (transporte, saneamento, habitação social, aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, etc.). Foram identificados apenas uma Proposição Não Sistematizada (Integração do transporte coletivo municipal e metropolitano) e um projeto suspenso (implantação do sistema aquaviário na RMGV). Se por um lado, a situação reflete o estado de inércia a que está submetido o Sistema Gestor da Região Metropolitana da Grande Vitória e as limitadas possibilidades de intervenção isolada do município nestas áreas. Por outro lado, expõe a necessidade de uma maior atenção dos técnicos municipais ao



tema, bem como uma necessária articulação dos gestores municipais, a fim de avançar na devida incorporação do tema no processo de revisão do PDMVV.

As ações consideradas de democratização do planejamento e da gestão municipal, 03 (três) Proposições Não Sistematizadas, ficaram concentradas em ações de qualificação institucional (Criação do Instituto de Planejamento Municipal, Sistematização de plantas de loteamentos antigos e implantação de cadastro técnico multifinalitário). É importante destacar a necessidade de qualificação da estrutura de planejamento municipal e a base de informações visando à democratização do acesso a informação e a gestão da cidade. No entanto, fica também evidenciada uma carência nas ações municipais indicadas, no sentido de ampliar a participação popular na gestão da cidade.

Quando é analisado o impacto do conjunto dos projetos e ações levantados na leitura com o governo municipal em relação aos temas identificados como críticos para o processo de revisão do PDMVV (Tabela 11) fica evidenciada uma atuação mais efetiva da municipalidade em relação às questões de drenagem urbana, com a maior concentração de ações em andamento (15 ações) e na proteção e preservação ambiental (7 ações). São reduzidos os esforços em andamento para a regulação da expansão urbana, para a regularização fundiária e os projetos Habitacionais de Interesse Social. No caso da expansão urbana a única ação em andamento (Minuta de Projeto de Lei de Loteamento Fechado) apresenta questões polêmicas e contraditórias para o desenvolvimento urbano<sup>4</sup>, devendo ser avaliada a legalidade da proposta, bem

---

<sup>4</sup> O termo loteamento fechado usado para designar um produto imobiliário significa duas coisas “loteamento” e “fechado”. Legalmente o loteamento é uma forma de parcelamento do solo urbano regido pela lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Esta lei conceitua o loteamento como sendo “a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL, 6.766/79). Por sua vez, o termo fechado se apresenta em função do ato de cercamento por muros-grades-cercas da área do loteamento. Neste sentido, tem-se uma contradição, pois como a lei 6.766/79 indica em seu texto, as vias de circulação do loteamento são áreas de interesse público, entretanto, o loteamento uma vez fechado, admite a circulação apenas dos proprietários de lotes e de residências que se situam no interior do fechamento, impossibilitando assim o livre acesso ou passagem pelas áreas do loteamento. Neste sentido, o loteamento fechado se aproxima do que é conhecido por condomínio fechado, e de fato, em muitos casos são colocados como sinônimos, pois



como um aprofundamento das suas consequências para a cidade. Cabe ressaltar que não foi identificada nenhuma ação mais estruturadora envolvendo a área rural do município, fundamental para se pensar a articulação entre o urbano e o rural, bem como para o tratamento da expansão urbana do município. As duas únicas ações que citam a área rural foram: em andamento, a criação da Região 4, compreendendo as localidades da região rural de Vila Velha, que atualmente são incorporadas pela Região 5, que apresenta característica bastante distinta internamente, e, dentro dos Projetos Suspensos, o cultivo de pimenta rosa (Aroeira) em áreas particulares da região rural, com posterior venda à empresa. O que evidencia a insuficiência no tratamento por parte da municipalidade deste extenso e importante território do município de Vila Velha.

Com relação às Proposições Não Sistematizadas, evidencia-se um forte interesse dos projetos previstos pelo governo municipal na ampliação e consolidação de áreas de expansão urbana a serem destinadas ao uso empresarial, assim como na adequação da classificação dos usos e atividades empresariais e a regulação da localização destas atividades. Se por um lado, a intenção do governo converge para um estímulo a dinamização da economia municipal, por outro lado, a ausência de políticas/intenções específicas para o tratamento da expansão urbana e em relação a área rural do município, indicam uma fragilidade em relação ao modelo de crescimento urbano que pode resultar, bem como os seus impactos socioambientais.

#### PROJETOS E AÇÕES SECRETARIAS MUNICIPAIS - TEMAS CRÍTICOS DO PDMVV

---

ambos são indicadores de segregação e fragmentação territorial e social do espaço urbano, e por serem novas formas de produção e consumo do espaço (FERREIRA, 2014b). O loteamento fechado apresenta fortes rupturas na ordem legal, social e ambiental das cidades, conforme apontam vários estudos (CALDEIRA, 2000; FREITAS, 2008; BAUMAN, 1999) podendo ser destacado: o descumprimento da Lei Federal de parcelamento do solo nº 6766/1979, a intensificação da exclusão/segregação social, a privatização de espaços públicos e a formação de espaços proibidos (BAUMAN, 1999), com fortes impactos sobre a expansão e a sustentabilidade urbana.



TEMAS CRÍTICOS	E.A.	%	P.N.S.	%	SUSP.	%
Expansão Urbana	1	3,45	2	10	0	0
Proteção e preservação ambiental	1	3,45	0	0	0	0
Drenagem Urbana	15	51,72	0	0	2	40
Expansão Empresarial	1	3,45	7	35	0	0
Proteção e preservação ambiental	7	24,14	9	45	3	60
Regularização Fundiária e Habitação Social	4	13,79	2	10	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>100</b>

E.A. - Em Andamento

P.N.S. - Proposições Não Sistematizadas

SUSP. - Suspensos

**Tabela 11:** Projetos e ações das secretarias municipais e os temas estruturantes do PDMVV

As ações de proteção e preservação ambiental tanto em andamento, como as não sistematizadas, apesar de intervir e atuar sobre importantes áreas ambientais do município, não assumem um posicionamento claro e uniforme da municipalidade em relação aos graves conflitos socioambientais existentes no município, a destacar: Morro do Moreno, Lagoa Encantada, Alagados do Rio Jucu, Orla extremo sul do município e área rural. A ausência dos principais gestores municipais na leitura com o governo (prefeito e secretários municipais), as contradições inerentes a estas áreas, juntamente com a ausência de informações/estudos precisos e atualizados sobre estes territórios parecem contribuir para a situação detectada, que coloca fortes desafios para a definição das propostas do PDMVV e a necessidade de um amplo e democrático debate a este respeito.



## 5. CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PDMVV

As contribuições levantadas junto ao governo municipal visando realizar adequações, revisões e complementações no PDMVV, totalizaram 32 contribuições, conforme Tabela 12, que apresenta o quantitativo destas contribuições em relação às secretarias municipais. De acordo com a tabela, houve um número maior de contribuições principalmente na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável - SEMDESU (12 contribuições), na Procuradoria Geral do Município, Controladoria, Secretaria de Governo e Gabinete do Prefeito (7 contribuições) e na Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Obras – SEMIPRO (6 contribuições). Do total de 16 secretarias envolvidas na leitura do governo municipal, 8 secretarias apresentaram contribuições para a revisão do PDMVV. O número relativamente baixo de contribuições e de secretarias que apresentaram sugestões para o PDMVV pode ser entendido pelos seguintes aspectos:

- ✓ Maior envolvimento de algumas secretarias com as questões relacionadas ao ordenamento territorial e ao uso e ocupação do território;
- ✓ Falta de entendimento sobre as questões referentes ao Plano Diretor Municipal por algumas secretarias;
- ✓ Ausência de integração entre as ações/necessidades das diversas secretarias e o Plano Diretor Municipal;
- ✓ Algumas proposições de projetos não sistematizados apresentados pelas secretarias municipais, em especial a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMUDU) podem ser consideradas também como contribuições para a revisão do PDMVV.

Tais constatações indicam a necessidade de um maior esforço durante o processo de revisão do PDMVV no sentido de ampliar o entendimento e os debates do plano diretor nas diversas instâncias da municipalidade, bem



como aproximar as ações das secretarias voltadas para o planejamento do território, daquelas envolvidas com a gestão das políticas urbanas (obras e ações).

CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PDMVV		
SECRETARIAS MUNICIPAIS	CONTRIBUIÇÕES	%
PGM / Controladoria / Governo / Gabinete	7	21,88
Região 1	2	
Região 5	1	
Todas as regiões	4	
SEMDESU	12	37,50
Região 1	3	
Região 5	3	
Todas as regiões	6	
SEMDRES	4	12,50
Região 5	1	
Todas as regiões	3	
SEMIPRO	6	18,75
Região 1.	1	
Todas as regiões	5	
SEMPREV	3	9,38
Região 1	1	
Todas as regiões	2	
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

**Tabela 12:** Projetos e ações das secretarias municipais e os temas estruturantes do PDMVV





Analisando a localização das contribuições para a revisão do PDMVV, apesar da maior parte das contribuições serem destinadas a todas as regiões (20 contribuições), as sugestões que atingem áreas específicas das regiões administrativas estão concentradas exclusivamente nas Regiões 1 e 5, que assim como nos projetos e ações do governo municipal concentram a maior parte das atenções da municipalidade. Tal situação, se por um lado apresenta uma clara indicação de conflitos da atual legislação e as necessidades para o novo PDMVV nestas regiões, por outro lado, apresenta a necessidade de uma atenção maior para as necessidades das Regiões 2, 3 e 4 em relação à revisão do PDMVV.

Com relação às áreas temáticas a que estão relacionadas às contribuições das secretarias municipais para a revisão do PDMVV há uma maior atenção em relação aos Aspectos Ambientais (9 contribuições), Aspectos Socioespaciais (9 contribuições) e Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos (6 contribuições) que representaram respectivamente 28,13% e 18,75 das contribuições.

CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PDMVV E ÁREAS TEMÁTICAS		
ÁREA TEMÁTICA	QUANTIDADE	%
Aspectos Regionais	0	0
Aspectos Ambientais	9	28,13
Aspectos Socioeconômicos	0	0
Aspectos Socioespaciais (Urbanismo)	9	28,13
Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos	6	18,75
Aspectos de Mobilidade e Circulação	4	12,50
Aspectos Institucionais	0	0
Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e Arqueológico	2	6,25
Aspectos Jurídicos	2	6,25
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

**Tabela 13:** Contribuições do governo municipal para a revisão do PDMVV e áreas temáticas.



Todas as contribuições relacionadas aos Aspectos Ambientais estão concentradas na expectativa de resolução dos conflitos de ocupação/jurídicos de importantes áreas ambientais do município (Morro do Moreno, Jacarenema, Morro do Jaburuna, conflitos na delimitação das Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIAS do atual PDM). O que confirma as constatações realizadas anteriormente em relação à ausência de um posicionamento claro da municipalidade sobre tais conflitos, bem como a grande expectativa em torno de um posicionamento efetivo no novo PDMVV. Esta situação coloca a necessidade de uma estratégia específica para o debate e a pactuação das propostas relacionadas a estes conflitos no PDMVV.

As contribuições relacionadas aos Aspectos Socioespaciais estão limitadas a questões normativas (zoneamento, usos e atividades) e operacionais (georreferenciamento, demarcação de áreas públicas). Em relação aos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos as contribuições estão concentradas na compatibilização do PDMVV as propostas e necessidade impostas pelas ações de macrodrenagem. Porém, essa articulação nas contribuições não tem remetido a um novo desenho da cidade, que incorpore os recursos ambientais como espaços de usufruto e apropriação (lazer, esporte, contemplação) da população.

Destaca-se também dentro das contribuições apontadas em relação aos Aspectos Jurídicos, que mantém forte correlação com as demais áreas temáticas, a necessidade de revogar diversas legislações municipais conflitantes que tratam do ordenamento territorial e que geram insegurança jurídica no município.

Procurando classificar as contribuições para a revisão do PDMVV de acordo com o tipo de instrumento a que está relacionado no Plano Diretor Municipal, propostas visando contribuir para a sua implementação e para a sua fiscalização (Tabela 14), evidencia-se uma forte concentração das





contribuições nos aspectos normativos: aproximadamente metade das contribuições estão relacionadas as questões do zoneamento municipal (46,87%). Se por um lado, demonstra as necessidades prementes de atualização deste instrumento de regulação, mais amplamente conhecido e utilizado no PDMVV. Por outro lado, demonstra a limitação em relação ao entendimento das possibilidades e necessidades de atuação dos novos Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade. As demais contribuições estão distribuídas de forma mais equilibrada entre os outros instrumentos do PDMVV.

CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL PARA A REVISÃO DO PDM E INSTRUMENTOS DO PDMVV		
INSTRUMENTO DO PDM	QUANTIDADE	%
Diretrizes	3	9,37
Macrozoneamento	1	3,13
Zoneamento	15	46,87
Índices Urbanísticos	2	6,25
Usos e Atividades	4	12,5
Instrumentos do Estatuto da Cidade	2	6,25
Leis de regulamentação	2	6,25
Implementação	1	3,12
Fiscalização	2	6,25
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

**Tabela 14:** Contribuições do governo municipal para a revisão do PDM e instrumentos do PDM.

Um aspecto importante a ser observado é que apesar da grande cobrança e crítica por parte da população, detectada na Leitura Comunitária em relação à ausência de fiscalização no cumprimento das legislações urbanas e ambientais no município, tanto os projetos e ações previsto no município, quanto às contribuições sugeridas para o novo PDMVV praticamente não atuam sobre este problema na cidade. As contribuições neste sentido ficaram limitadas a intensificar a fiscalização e desocupação da área do Parque de Jacarenema e a proposta de uma maior aproximação junto ao Ministério Público durante o processo de revisão do PDMVV. Neste sentido, cabe ressaltar a necessidade



da municipalidade intensificar os esforços na qualificação do sistema de fiscalização municipal, a fim de que o novo PDMVV possa ser efetivamente implementado na cidade.

As contribuições relacionadas à aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade no novo PDMV, apesar de repetir e reforçar algumas intenções de projetos e ações não sistematizadas visando à regulamentação de alguns dos instrumentos urbanísticos, já contidos na atual legislação, as propostas ainda se mostram genéricas em relação à quais instrumentos devem ser priorizados e em que localizações da cidade devem incidir.

De forma semelhante à análise realizada sobre a capacidade dos projetos e ações da municipalidade em atuar sobre os temas estruturantes e críticos do PDMVV, as contribuições sugeridas para a revisão do Plano Diretor também apresentam pouco rebatimento nestes temas. Conforme mencionado há uma concentração nos aspectos normativos e operacionais do plano, em detrimento de uma postura proativa sobre a questão fundiária, a regularização fundiária e a habitação social, em especial. Em relação aos temas críticos concentram-se as atenções na necessidade de resolução dos conflitos de áreas ambientais estratégicas na cidade e a compatibilização do plano com as questões de macrodrenagem.

Um dos pontos mais polêmicos em relação ao novo PDMVV o modelo de crescimento urbano e a regulação da expansão urbana não foram alvo de contribuições e posicionamentos claros e homogêneos por parte do governo municipal. Repetindo a constatação da análise relacionada aos projetos e ações do governo, não foi identificada nenhuma contribuição para o novo PDMVV em relação às políticas e a regulação do território rural, o que evidencia a insuficiência no tratamento deste território no atual PDMVV, bem como a necessidade de uma maior atenção em relação ao tema o longo do processo do novo PDM de Vila Velha.



## 6. CONCLUSÕES

Com base na análise realizada sobre os projetos e ações em andamento, suspensos e intenções de ações futuras das secretarias municipais, bem como as contribuições indicadas pelas secretarias para a revisão do PDMVV pode ser constatado os seguintes aspectos principais:

- ✓ Satisfatório envolvimento e qualidade da participação das equipes técnicas das secretarias municipais;
- ✓ Baixa participação/ausência dos secretários municipais e do prefeito municipal na Leitura com o Governo Municipal, o que torna impreciso o posicionamento do governo municipal em relação a temas estruturadores e críticos para o PDMVV;
- ✓ Reduzido quantitativo de ações em andamento, se comparado aos Projetos Suspensos e Não Sistematizados, o que demanda maiores esforços no planejamento e na gestão das políticas urbanas;
- ✓ Priorização do município nas ações e Projetos em Andamento no setor de infraestrutura urbana, que condiz com os graves problemas na área de saneamento ambiental na cidade, em especial os problemas de drenagem urbana;
- ✓ Esforço da municipalidade na ampliação e melhor distribuição da rede de equipamentos comunitários (educação, saúde, assistência social, praças) na cidade e a possibilidade/necessidade de intensificação das ações nos setores de Cultura e Lazer para a qualificação do território de Vila Velha;
- ✓ Carência de ações específicas em andamento de dinamização da economia e geração de emprego e renda com rebatimento no uso e ocupação do território;
- ✓ Ausência de uma efetiva política municipal de habitação de interesse social e regularização fundiária.



- ✓ Inexistência de ações do governo e sugestões para o novo PDMVV no âmbito da integração metropolitana, na regulação da expansão urbana e de políticas/regulação do território rural do município;
- ✓ Carência de ações municipais no acesso a informação e na ampliação da participação popular na gestão da cidade;
- ✓ Reduzido impacto das ações governamentais em relação aos temas estruturadores do PDMVV e aos temas críticos, este último, concentrado nos aspectos infraestruturais e nos conflitos ambientais sem ações e/ou um posicionamento claro do governo municipal;
- ✓ Ausência de ações de ampliação e qualificação da fiscalização no cumprimento das legislações urbanas e ambientais no município;

Em função dos aspectos constatados e das indicações realizadas pelas secretárias municipais podem ser ressaltados como necessidades para a sequência do processo de revisão e para o novo PDMVV, de acordo com a análise realizada sobre a Leitura com o Governo Municipal, os seguintes pontos:

- ✓ Maior envolvimento direto das lideranças do governo municipal (secretários e prefeito municipal) no processo de revisão do PDMVV.
- ✓ Ampliar os esforços/investimentos da municipalidade no devido planejamento e qualificação da gestão das políticas urbanas em Vila Velha, com destaque para a necessidade de estruturação de um setor permanente de planejamento e gestão do território da cidade.
- ✓ Necessidade de se intensificar as ações nas regiões 3 e 4 que apresentam altos índices de carência em relação à infraestrutura e serviços urbanos;
- ✓ Estruturar o setor de Habitação Social para integração/implementação conjunta do PDMVV e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS);
- ✓ Sensibilizar e ampliar os esforços junto a municipalidade durante a revisão do PDMVV no sentido da aplicação dos instrumentos do



Estatuto da Cidade, sobretudo os que apresentam maior intervenção sobre a questão fundiária;

- ✓ Qualificar e integrar o patrimônio ambiental e as ações de drenagem aos sistemas de espaços públicos da cidade, tais como: parques lineares, corredores ecológicos, sistema de espaços livres, etc.;
- ✓ Ampliar a atenção dos técnicos municipais ao tema da questão metropolitana, bem como uma necessária articulação dos gestores municipais, a fim de avançar na devida incorporação do tema no processo de revisão do PDMVV.
- ✓ Qualificar a base de informações municipais visando à democratização do acesso a informação e a gestão da cidade;
- ✓ Ampliar o debate interno no governo municipal para uma definição de posicionamento claro e uniforme em relação a temas críticos para o PDMVV, a saber: aos graves conflitos socioambientais existentes no município, a regulação da expansão urbana e sobre o território rural;
- ✓ Avaliar a legalidade do posicionamento municipal em relação aos “loteamentos fechados”, bem como um aprofundamento dos debates das suas consequências para a cidade;
- ✓ Revogar diversas legislações municipais conflitantes que tratam do ordenamento territorial e que geram insegurança jurídica no município;
- ✓ Intensificar os esforços na qualificação do sistema de fiscalização municipal, a fim de que o novo PDMVV possa ser efetivamente implementado na cidade.





PREFEITURA DE  
VILA VELHA



## 7. REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. RJ: Zahar, 1999.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, 2001.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

